

Inocêncio arruma casa para cassações

O presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira, reafirmou, ontem, que o processo e julgamento dos 17 deputados contra os quais a CPI do Orçamento pediu a cassação de mandatos deverá durar, no máximo, 60 dias, sendo 45 dias no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e 15 dias no plenário, numa sessão que será corrida.

Inocêncio afirmou que a CCJ será recomposta, mesmo porque terão de ser substituídos seus membros que foram citados pela CPI do Orçamento, entre eles os deputados João de Deus Antunes (PPR-RS) e Paes Landim (PFL-PI). O presidente da Câmara admitiu a possibilidade de já estar em suas mãos, na próxima sexta-feira, os novos integrantes da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Rapidez — Inocêncio Oliveira conversou com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado José Dutra (PMDB-AM), a respeito da viabilidade de uma tramitação mais rápida do processo e julgamento na Comissão dos 17 deputados contra os quais a CPI do Orçamento pediu a cassação de mandatos. Dutra informou que é viável concluir esse processo na CCJ em 45 dias.

O presidente da Câmara prevê que seja possível concluir o processo no plenário em 15 dias, numa única sessão, que apenas seria interrompida ao final de cada quinta-feira. E exemplificou: cinco sessões primeiras para a defesa, cinco sessões para apresenta-

JEFFERSON RUDY



Lucena recebe de Passarinho (D) a documentação da CPI: Congresso promete rapidez cumprindo regimentos

ção de provas e cinco sessões para que o relator apresente o parecer. Haverá a interrupção do Carnaval e duas semanas depois dos festejos carnavalescos será possível concluir o julgamento na Comissão de Justiça.

“No plenário, não haverá necessidade de mais de duas semanas para proceder ao julgamento. De forma que, em 60 dias, todo o processo estará encerrado”, disse Inocêncio.

O presidente da Câmara disse, ontem, que a sessão de votação da perda do mandato dos implicados terá a duração de três dias. A sessão será única. A abertura ocorrerá pela manhã, com suspensão dos trabalhos à tarde. “Não que-

remos dar o privilégio a alguns parlamentares de serem julgados, semanas após os outros”, afirmou Inocêncio, acrescentando que com mais tempo, os cassáveis poderiam fazer melhor o jogo de pressão, revertendo o processo a seu favor.

Visita — O presidente da Câmara recebeu a visita, em seu gabinete do presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA) e do vice, deputado Odacir Klein (PMDB-RS). Passarinho garantiu a Inocêncio que todos os documentos da CPI seriam entregues ontem mesmo à Câmara. “Por uma questão de confiança e consciência, nós resolvemos acatar todas as decisões emanadas da comissão”, declarou Inocêncio.

Passarinho entregou ontem o relatório da CPI do Orçamento também ao presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB). “Estamos satisfeitos pelo cumprimento do dever, não pelas consequências, pois não há alegria em cassar colegas”, disse Passarinho. Lucena informou que apresentará o relatório hoje à Mesa do Senado. A única cassação sugerida pela CPI ao Senado atinge o senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO). O processo deverá ter três etapas: nomeação de um relator pela Mesa, para elaborar a representação à Comissão de Constituição e Justiça do Senado; apreciação do pedido pela comissão; e nomeação de uma comissão especial para analisar o processo e enviá-lo ao plenário.